

# Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 33 jul-dez 2015 ISSN 1413-6651

IMAGEM azulejo barroco da freguesia de São Vicente da cidade de Braga, a “Cidade Barroca” situada no Norte de Portugal, sendo a cidade mais antiga de Portugal com mais de 2500 anos. Durante o século XVIII o arquiteto André Soares transformou a cidade de Braga no Ex-Libris do Barroco em Portugal.

NECESSIDADE, DETERMINAÇÃO E LIBERDADE  
NA CRIAÇÃO DO MUNDO DE ACORDO  
COM A FILOSOFIA DE LEIBNIZ

Simone Bernadete Fernandes

Graduanda, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

simone.fernandes@usp.br

RESUMO: Neste artigo, pretende-se fazer uma breve exposição dos conceitos de necessidade física e metafísica em relação à criação do mundo, conforme presentes na filosofia leibniziana. Esta exposição discorrerá sobre seu vínculo com o princípio de razão suficiente e com as perfeições física (ou metafísica) e moral do mundo criado. Para tal, será explicitado por que a necessidade física do mundo deve derivar da necessidade metafísica e quais as decorrências disto. A questão da liberdade divina também será problematizada, na medida em que tal questão surge da própria apresentação de uma certa determinação presente na vontade divina.

PALAVRAS-CHAVE: necessidade, determinação, contingência, liberdade, princípio de razão suficiente.

Tendo em vista a caracterização do criador e de suas perfeições por Leibniz, sobretudo em *Da origem primeira das coisas* e *Discurso de metafísica*, neste artigo procuraremos expor os conceitos de necessidade física e metafísica do mundo e o modo como se articulam com o princípio de razão suficiente e com as perfeições física (ou metafísica) e moral do mundo criado – considerando-se o vínculo entre as características do criador e da criação.

Num primeiro momento, buscaremos esclarecer por que a necessidade física do mundo deve derivar da metafísica, ou seja, *por que motivo* se afirma a indispensabilidade do recurso à noção de Deus, enquanto ser extramundano e necessidade metafísica, para encontrar a razão pela qual o mundo existe e é tal qual é. Com isso, passaremos pela exposição do princípio de razão suficiente que, como veremos, é relevante também para a compreensão da etapa seguinte deste artigo. A seguir, procuraremos elucidar *em que sentido* a necessidade física do mundo deriva da necessidade metafísica e as consequências disto. Nesse momento da exposição, apresentaremos as características do criador e as consequências para o mundo provenientes de sua criação por Deus, ser cuja suprema perfeição serve como “fundamento da excelência de sua obra” (LACERDA, 2004, p.XI) e cujo ato criador equilibra a simplicidade das vias e a riqueza dos efeitos (cf. LEIBNIZ 2004a, §5, p.10-11), criando um mundo perfeitíssimo fisicamente ou metafisicamente (no sentido de ter o máximo de realidade possível) e moralmente. (cf. LEIBNIZ, 1974, p.396) Também abordaremos a questão da liberdade divina, que se impõe no decorrer da exposição, uma vez que tratamos de seu ato criador e de sua determinação.

## I. POR QUE A NECESSIDADE FÍSICA DERIVA DA METAFÍSICA?

Em *Da origem primeira das coisas*, Leibniz coloca o problema da busca da razão última das coisas, que só pode ser solucionado com recurso a um ser extramundano, a Deus, uma vez que “não se pode encontrar a *razão suficiente* de existir, nem em cada um dos indivíduos, nem tampouco em todo o agregado e série das coisas” (LEIBNIZ, 1974, p.393, grifo nosso). Para entender por que, para Leibniz, a necessidade física deriva da metafísica, elucidaremos os conceitos de princípio de razão suficiente, necessidade física e metafísica.

O sentido do PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE pode ser mais bem elucidado com o auxílio do §7 de *Princípios da natureza e da graça*. Neste texto, ele é caracterizado como o princípio que afirma que “nada ocorre sem que seja possível àquele que conheça suficientemente as coisas dar uma razão que baste para determinar por que é assim e não de outro modo” (LEIBNIZ, 2004b, §7, p.158).<sup>1</sup> Com Leibniz, esse princípio é associado não só à investigação do porquê de o mundo “existir assim e não de outro modo” (id., ibid.) , como à questão mais ampla de “por que existe alguma coisa e não o nada?” (id., ibid.).

Ao proceder a tal investigação, em *Da origem primeira das coisas*, o autor afirma que o mundo não é em si “metafisicamente necessário”. Para entender tal conceito, podemos nos voltar ao texto *Verdades necessárias e contingentes*, em que Leibniz apresenta sua definição de verdade,

1 Também elaborado em “A monadologia”, logo após enunciar o princípio de contradição. Nesta passagem, ressalta-se seu caráter lógico e o fato de que nem sempre podemos conhecer as razões de ser assim e não de outro modo. Cf. LEIBNIZ, 2004c, §32, p.137 (“A monadologia”).

e diferencia verdades necessárias de outras contingentes. É importante iniciar compreendendo que, para Leibniz, em toda proposição verdadeira o predicado está incluído no sujeito (podendo, por análise, ser demonstrado) (cf. LEIBNIZ, 2005a, p.379). Mas esta inclusão pode se dar de duas formas. Nas *verdades necessárias* (também denominadas metafísicas ou geométricas), o oposto implica contradição lógica - e estas verdades são eternas. Referem-se a proposições matemáticas, geométricas. Como exemplo, podemos citar: “o triângulo tem três lados”, “ $2+2=4$ ”, proposições em que, por uma análise finita, podemos encontrar o predicado no sujeito. Por outro lado, nas *verdades contingentes* (em *Da origem primeira das coisas* também chamadas de temporais ou físicas (LEIBNIZ, 1974, p.394)), o oposto não é contraditório logicamente (cf. LEIBNIZ, 2005a, p.380). Há uma determinação, mas esta não é lógica, e sim moral, conforme veremos. São estas as verdades referentes ao mundo criado: à história, às existências, e válidas apenas num tempo determinado (exemplo: “o sol brilha hoje”, “eu existo”) (cf. LEIBNIZ, 2005a, p.381-2). Ainda que aqui também o predicado esteja contido no sujeito, nós humanos não conseguimos demonstrá-lo, por sermos limitados.<sup>2</sup>

No que tange à explicação da origem do mundo e de seu modo de ser, a indispensabilidade de recurso à noção de Deus, enquanto necessidade metafísica, deve-se à insuficiência da *necessidade física* de prover

2 Os homens nunca chegam a ser capazes de demonstrar a identidade nas verdades contingentes, “[...] só Deus, que de uma vez abarca o infinito, pode ver claramente de que maneira está incluído um no outro e compreender *a priori* a razão perfeita da contingência, suprida nas criaturas pela experiência *a posteriori*” (LEIBNIZ, 2005a, p.380 – “Verdades necessárias e contingentes”). Ademais, mesmo que fossem capazes de conhecer a série toda do universo, os homens ainda não poderiam compreender sua razão de ser, pois teriam também de conhecer todos os outros mundos possíveis para tal (cf. idem, p.382). A noção de mundos possíveis será explicitada a seguir.

explicações para tal. A necessidade física, também denominada hipotética, é a aquela que “determina as coisas posteriores do mundo pelas anteriores” (LEIBNIZ, 1974, p.394), como afirma o autor em “Da origem primeira das coisas”. Ora, ao observar a necessidade física, Leibniz não encontra, *dentro do mundo*, razão suficiente para sua existência e seu modo de ser; tal causa não pode ser encontrada na série de coisas contingentes. Por isso é preciso recorrer a Deus, ser extramundano, transcendente<sup>3</sup>, uma substância com “necessidade absoluta, ou metafísica, da qual não se possa dar a razão” (id., *ibid.*) e existente.<sup>4</sup> Só desse modo seria possível cessar a série sem fim de questionamentos em que o filósofo se vê enredado ao perguntar pela causa última das coisas.<sup>5</sup>

Por isso, quando Leibniz diz que “ainda que o mundo não seja metafisicamente necessário, de modo que o contrário implique contra-

3 Deus é considerado o “ser dominante”, situado num plano mais elevado, superior e anterior ao mundo, sendo “a razão última das coisas” (cf. LEIBNIZ, 1974, p.393 – “Da origem primeira das coisas”). Em relação a si mesmo, é sua própria causa e tem em si “a Razão de sua existência” (LEIBNIZ, 2004b, §8, p.158 – “Princípios da natureza e da graça”).

4 Essa causa precisa ser fundamentada em algo existente e metafisicamente necessário, do contrário tudo que dela decorre seria imaginário. Cf. LEIBNIZ, 1974, pp. 395-6 (“Da origem primeira das coisas”). Além disso, em “A monadologia”, Leibniz coloca que só Deus tem o privilégio de “ter de existir necessariamente, se é possível” (LEIBNIZ, 2004c, §45, p.139).

5 Sobre este caráter fundacional da explicação metafísica e a tarefa da busca pela origem de todas as coisas, afirma Lacerda: “a explicação metafísica *funda e justifica* a explicação física do mundo, mas se diferencia profundamente dela. A tarefa do filósofo, que não queira falar como simples físico, consiste em definir, em todos os domínios, a ação de uma causa final a que se subordinam as causas eficientes secundárias, mostrando a insuficiência da consideração da causalidade física” (LACERDA, 2004, p.XVIII). Pois, de acordo com o autor, “por mais que se retorne aos estados anteriores, nunca neles se achará a razão cabal” (LEIBNIZ, 1974, p.393). Cf. também LEIBNIZ, 2004c, §§37-39, p.138 (“A monadologia”).

dição ou absurdo lógico, é necessário fisicamente, ou determinado, de modo que o contrário implica imperfeição ou absurdo moral” (LEIBNIZ, 1974, p.395), parte desta ausência de necessidade metafísica *dentro do mundo*. Mas, mesmo assim, o autor considera haver certa determinação atuante, de ordem física, sendo que um mundo constituído de forma distinta implicaria “imperfeição ou absurdo moral” (id., *ibid.*). É esta necessidade física atuante no mundo que analisaremos a seguir.

## II. A NECESSIDADE FÍSICA DO MUNDO E SUA RELAÇÃO COM A DETERMINAÇÃO DA ESCOLHA DIVINA

Considerando elucidada a ausência de necessidade metafísica interna ao mundo e o motivo pelo qual a explicação de sua origem e de seu modo de ser carece de recurso à noção de Deus, passemos agora à exposição de *em que sentido é necessário que o mundo seja tal como é*. Para tanto, comentemos inicialmente as características do criador e, a seguir, as consequências para o mundo de sua criação por esse ser.

Com relação ao criador, em “Discurso de metafísica” este é caracterizado como “absolutamente perfeito”, possuidor de todas as perfeições no grau máximo (cf. LEIBNIZ, 2004a, §I, p.3)<sup>6</sup>, ou seja, sem limites. Essa característica será essencial para a qualidade de sua obra. Distintamente, nós humanos somos caracterizados pela limitação, por sermos finitos – como negação em relação à ausência de limites divina<sup>7</sup>. Mas

6 Burgelin ressalta que a explicação do que é perfeição passa pela sua marca negativa, ou seja, “*não é perfeição o que não é suscetível de grau último*” (BURGELIN, 1959, p.77) – grau este que é alcançado apenas por Deus.

7 Em “Monadologia”, escreve Leibniz: “as perfeições das criaturas procedem da in-



é importante explicitar que, mesmo tendo uma perspectiva limitada, e sendo por isso incapazes de compreender completamente a noção de Deus, podemos conhecer algo acerca dele, da “conduta da Providência no governo das coisas” (LEIBNIZ, 2004a, §5, p.10 – DM). Como afirma Lacerda, “estamos em condição de precisar o princípio universal de sua atividade” (LACERDA, 2004, p.XVIII). Caso não pudéssemos conhecer nem isto, qualquer investigação seria vã.

Quanto à sua ação, Deus “age da maneira mais perfeita, não só em sentido metafísico, mas também moralmente” (LEIBNIZ, 2004a, §I, p.3 – DM). Suas obras trazem em si o caráter de seu criador, enquanto efeitos; analogamente a como é pelas obras que se conhece o operário.<sup>8</sup> Ademais, as obras não são boas *apenas* por sua vontade, mas também devido às regras de sua bondade, regras estas vinculadas a seu entendimento<sup>9</sup>. Ou seja, como observa Lacerda, o mundo “não é o efeito *necessário* de Deus, é escolhido por sua bondade; mas, por outro lado, a vontade não age independente das razões concebidas pelo entendimento” (LACERDA, 2004, p.83, grifo nosso). O ato criador equilibra simplicidade das vias e riqueza dos efeitos, “maior variedade possível associada à maior

fluência de Deus; mas suas imperfeições, de sua própria natureza, incapaz de ser ilimitada” (LEIBNIZ, 2004c, §42, p.138).

8 Cf. LEIBNIZ, 2004a, §2, p.4 – DM. Esta relação de causa e efeito é comentada por Lacerda: “Ele [Deus] é onipotente, onisciente e essencialmente bom; isto é, encerra eminentemente, enquanto substância primitiva e *causa* de tudo o que existe, todas as perfeições que estão contidas nas substâncias derivativas, que são seus *efeitos*” (LACERDA, 2005, p.65)

9 Leibniz faz uma analogia com a tirania para explicitar quão absurdo seria considerar que o mundo é bom pela vontade de Deus: “onde, pois, sua justiça e sabedoria, se afinal apenas restasse determinado poder despótico, se a vontade substituísse a razão e se, conforme a definição dos tiranos, o que agrada ao mais forte fosse por isso mesmo justo?” (LEIBNIZ, 2004a, §2, p.5 – DM);

ordem possível” (LEIBNIZ, 2004b, §10, p.159 – “Princípios...”). Contra objeções de que, sendo Deus onipotente, poderia optar por agir de forma distinta, responde-se que a razão o incita a agir perfeitamente. Cf. LEIBNIZ, 2004a, §5, p.11 – DM.)

Para entender as perfeições metafísica e moral do mundo, e como provêm de Deus, vale mencionar a importância do conceito de expressão e da afirmação de que vivemos no melhor dos mundos possíveis. Como nota Lacerda, o mundo é obra “de uma única vontade geral e eficaz que se exprime na ordem criada” (LACERDA, 2004, p.XII)<sup>10</sup>. “O mundo exprime Deus” (LACERDA, 2006, p.92) e “Deus se exprime no mundo” (id.,ibid.). O conceito de expressão interessa a esta investigação pois serve de mediador entre as características do criador e do mundo criado<sup>11</sup>. Com o conceito de expressão, podemos avançar na compreensão da razão de ser das características do mundo criado, em sua perfeição metafísica e moral. Afinal, o mundo criado pode ser considerado “*uma* expressão de Deus, a melhor, o melhor dos mundos possíveis” (LACERDA, 2006, p.110), moralmente determinado – pois, tendo Deus todas as per-

10 Note-se que, por sua vez, o universo pode ser expresso por cada substância individual. Em “Verdades primeiras”, numa elaboração que remete à noção de expressão das substâncias individuais, Leibniz afirma que as substâncias singulares contêm seus predicados todos, passados, presentes e futuros (cf. LEIBNIZ, 2005b, p.394), que tais substâncias são “expressões diversas do mesmo universo” (id.,p.395). O autor também considera que Deus vê, em cada substância singular, “a verdade de todos seus acidentes sem acudir a nada extrínseco, porque cada uma envolve a seu modo todas as outras e o universo inteiro” (LEIBNIZ, 2005a, p.382 – “Verdades necessárias e contingentes”).

11 Deve-se notar que dizer que o mundo criado *expressa* Deus não significa afirmar que as coisas criadas recebam parte da perfeição de Deus, ou façam parte dessa perfeição, pois isso implicaria uma diferença apenas de grau entre as coisas criadas e Deus, que seria sua soma. A noção de expressão coloca a questão em termos de causa e efeito. Cf. LACERDA, 2005, p.67.

feições no grau máximo, não faria diferente a não ser criar um mundo com o “máximo de ser (...) dentro dos limites do finito” (id., ibid.).

Sobre a afirmação de que este é o melhor dos mundos possíveis, esta se baseia no fato de que “agir com menos perfeição do que se teria podido” (LEIBNIZ, 2004a, §3, p.6 – DM) é “agir imperfeitamente” (id., ibid.) – e seria contrário à própria noção de Deus, enquanto ser perfeito, agir imperfeitamente. Na criação, entre as diferentes possibilidades para a escolha divina (diversas combinações, ou mundos possíveis, conjuntos compossíveis, qualitativa e quantitativamente distintos), todas as coisas possíveis têm “uma pretensão a existir” (LEIBNIZ, 1974, p.394 – “Da origem...”), ou seja, a essência tende à existência. No entanto, varia o seu grau de realidade (ou quantidade de essência, grau de perfeição) e, das realidades possíveis (tomadas enquanto conjunto) que competem entre si, Deus, por comparação, escolhe conforme “o máximo efeito com o mínimo de gasto” (id., ibid.). Aqui também se faz presente o *princípio de razão suficiente*<sup>12</sup>, pois é preciso haver uma razão na escolha deste mundo e não de outro, dada a infinidade de universos possíveis – e esta razão reside no maior grau de perfeição em relação aos demais, em sentido metafísico (considerando a maior “riqueza de efeitos” e a “simplicidade de vias”), e também na maior perfeição em sentido *moral*, a maior bondade possível. O motivo pelo qual o melhor mundo possível é selecionado para vir à existência é que “a sabedoria revelou a Deus, que sua bondade o levou a escolher e sua potência o levou a produzir” (LEIBNIZ, 2004c,

12 A relação do princípio de razão suficiente com a teoria dos possíveis em Leibniz é da determinação dessa última por esse princípio: “do fato de que alguma coisa existe em lugar de nada, devemos entender que na mera possibilidade ou na essência das coisas há uma tendência à existência que varia de acordo com o grau de perfeição de cada coisa” (LACERDA, 2005, p.56).

§55, p.141 – “A monadologia”).

Com esse quadro teórico, abordemos os conceitos de perfeição metafísica e moral, tal como apresentados em “Da origem primeira das coisas”. A perfeição metafísica da obra divina pode ser identificada com a riqueza de efeitos (Cf. LEIBNIZ, 2004a, §1, p.3; §5, pp.10-1 – DM.), o atingimento do maior grau de realidade possível – no que se refere às leis da natureza. O autor usa a metáfora de uma “máquina sumamente admirável” (LEIBNIZ, 1974, p.396) para referir-se a esta perfeição. Já a perfeição moral, ou bondade máxima do mundo criado, é apresentada em analogia a uma “ótima república, pela qual se dá às mentes o máximo de felicidade ou alegria, em que consiste a perfeição física dessas mentes” (id., ibid.). Ela reside, como observa Burgelin, no fato de que Deus “se ocupa particularmente da felicidade das criaturas (...) o mundo compreende o máximo de bem, de amor, de beatitude” (BURGELIN, 1959, p.82). As duas perfeições são resumidas por Leibniz da seguinte forma: “nele [em Deus] está tanto a razão da grandeza e potência da máquina do universo já constituída, como da bondade e da sabedoria ao constituí-la” (LEIBNIZ, 1974, p.396).

Assim, a perfeição metafísica ou física (no sentido de máximo grau de ser possível) e a perfeição moral (como máxima bondade possível) do mundo procedem da noção de Deus, criador perfeito, que segue a razão e se exprime no mundo. Sobretudo, há uma ordem estabelecida pela vontade divina, vontade esta que atua guiada pelo entendimento. Nada pode ocorrer no mundo fora desta ordem: “Deus tudo faz segundo a sua vontade mais geral, conforme à mais perfeita ordem que escolheu” (LEIBNIZ, 2004a, §7, p.14 – DM), o que significa que nada ocorre de absolutamente irregular no mundo, “nem sequer tal se poderia forjar” (id., §6, p.12). Ao “regular o todo, [Deus] considerou cada parte” (LEIBNIZ,

2004c, §60, p.142 – “A monadologia”). Deste modo, ainda que por um lado o mundo seja contingente, pois não é logicamente contraditório que Deus pudesse ter criado um outro mundo, há uma certa determinação na sua criação pois, sendo Deus perfeito, cria o melhor dos mundos possíveis, com base em seu entendimento e em sua vontade, que o conduzem à escolha do mundo mais perfeito metafísica e moralmente.

Mas podem ser feitas algumas objeções a isso, e vale expor as respostas de Leibniz. Em primeiro lugar, se poderia objetar que milagres têm sido observados, e isso violaria a ideia de uma ordem pré-estabelecida. Porém, nota o autor, ainda que possa parecer a nós haver milagres, isso ocorre apenas porque alguns fenômenos parecem contrariar máximas subalternas, que, em nossa finitude, denominamos “natureza das coisas”. Estes supostos milagres não são exceções na lei de Deus que regula o universo, pois “esta natureza é só um costume de Deus, do qual pode dispensar-se, por causa de uma razão mais forte do que a que o moveu a servir-se dessas máximas” (LEIBNIZ, 2004a, §7, p.14 – DM). Como nota Lacerda, “todos os acontecimentos do mundo estão no interior da ordem universal criada pela ação de um Deus que não poderia agir sem seguir regras. Assim, o extraordinário é aquilo que ultrapassa a compreensão humana” (LACERDA, 2004, p.86).

Outra objeção diz respeito à perfeição do mundo. Pode-se objetar que, dado que no mundo ocorrem coisas más ou fora de ordem, isso implica que este não é o melhor dos mundos possíveis (LEIBNIZ, 2004a, §3, p.6 – DM.). Uma resposta a isso pode ser encontrada na exposição prévia: os homens, por serem limitados, não conhecem a ordem e os motivos dos desígnios divinos e da escolha deste mundo entre outros possíveis, vêem apenas fragmentos (cf. BURGELIN, 1959, p.85.); ademais, seria contrário à noção de Deus agir com menos perfeição do que lhe

é possível. Mas, além disso, no que tange à bondade divina, Leibniz faz uma observação, para explicitar que Deus só *permite* que algo que nos parece mau ocorra quando isso conduz a “muito mais perfeição em toda a série do que se todo o mal não tivesse sucedido” (LEIBNIZ, 2004a, §7, p.15 – DM), ou seja, “sabe tirar daí um bem maior” (id., ibid.). Note-se que a ordem estabelecida por Deus refere-se à *série de coisas*, à maior harmonia relativa do todo deste mundo possível em relação às outras possibilidades, e não ao particular, aos seres isolados<sup>13</sup>. Por exemplo, em *Verdades necessárias e contingentes*, Leibniz toma o fato de que Judas foi um traidor, e afirma que Deus não *decreta* isso, mas, ainda que veja isso na noção de Judas, permite que ele venha à existência. Deus percebe que, mesmo assim, Judas deve existir, pois o mal causado por ele é compensado por bens maiores<sup>14</sup>. Ou, dito de outra forma, Deus não decide que Judas peque, mas concede que, em vez de outras possibilidades, ele chegue à existência, por ser mais adequado aos “fins supremos e secretos de sua sabedoria” (LEIBNIZ, 2005a, p.394) – e, assim, escolhe que “a noção possível se faça atual” (id., p.395), tendo em vista sempre o máximo de perfeição metafísica e moral para a série do mundo.

Um terceiro problema seria que se considerasse que Deus não é livre (cf. LEIBNIZ, 2004a, §3, p.7 – DM). Quem assim objetasse, diria que se Deus é obrigado a criar este mundo, então não é livre para criar

13 Como ressalta Burgelin, “cada existência deve ser considerada não somente de acordo com o *gradus perfectionis* de sua essência, mas ainda de acordo com o *status universi*, a perfeição do todo” (BURGELIN, 1959, p.78).

14 Cf. LEIBNIZ, 2005, p.389. Tudo de mau que ocorre integra o melhor dos mundos possíveis, sendo dele inseparável: “se o menor mal que acontece no mundo aí não estivesse, não seria mais este mundo que, tudo contado, tudo comparado, foi considerado o melhor pelo criador que o escolheu” (LEIBNIZ, *Teodicéia*, I, §9 *apud* LACERDA, 2005, p.107).

um mundo diferente. Leibniz considera que sim, de fato, Deus faz tudo de modo determinado, mas se o faz assim é por operar “conforme o princípio da sabedoria ou perfeição” (LEIBNIZ, 1974, p.395 – “Da origem...”), pois “quanto mais sábia for a pessoa, mais determinada para o mais perfeito” (id., *ibid.*). Ademais, como afirma em *Teodiceia*, “a verdadeira liberdade e a mais perfeita está em poder usar o melhor possível seu livre-arbítrio (...) Não há nada menos servil que ser sempre levado ao bem e sempre por sua própria inclinação” (LEIBNIZ, *Teodiceia*, *apud* LACERDA, 2005, p.94); é “a suprema liberdade agir com perfeição segundo a razão soberana” (LEIBNIZ, 2004a, §3, p.7 – DM). Assim, Deus não é necessitado: sua liberdade é conservada pela filosofia de Leibniz, pois não é contraditória logicamente a criação de outro mundo (cf. LACERDA, 2004, p.84). Podemos falar apenas de determinação, no sentido de inclinação (cf. BURGELIN, 1959, p.92), dado que “seria um absurdo moral a criação de um mundo menos perfeito” (LACERDA, 2004, p.84), pois as próprias perfeições divinas o incitam a optar pelo melhor mundo possível.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar por que a necessidade física do mundo deriva de uma necessidade metafísica, Deus, e as consequências disto para as características do mundo criado. A necessidade operante no mundo deriva de um ato livre de Deus que, por sua perfeição, escolhe criar o melhor mundo possível, em sentido metafísico e moral.<sup>15</sup> Consideramos,

15 Note-se que a perfeição do mundo é, assim, *relativa* às outras possibilidades, aos outros mundos possíveis, ao passo que a perfeição divina é absoluta, sendo Deus o ser *absolutamente* perfeito.

sobretudo, a centralidade do *princípio de razão suficiente* nesses desenvolvimentos, uma vez que é a ausência de razão intrínseca ao mundo para sua existência que conduz Leibniz a recorrer a Deus, como necessidade metafísica. Também de acordo com esse princípio, é preciso haver razão para o mundo ser tal qual é, e em Deus é encontrado o motivo que determina sua escolha do melhor dos mundos possíveis: a perfeição divina, e sua expressão no ato criador definem as características do mundo criado, enquanto efeito de Deus.



NECESSITY, DETERMINATION AND FREEDOM  
IN THE CREATION OF THE WORLD,  
ACCORDING TO LEIBNIZ' PHILOSOPHY

**ABSTRACT:** In this article we aim to conduct a brief exposition of the concepts of physical and metaphysical necessity with respect to the creation of the world, as presented in Leibniz' philosophy. This exposition will comment their connection with the physical (or metaphysical) and moral perfections of the creation. To achieve that, we will explore why the physical necessity of the world must be derived from the metaphysical necessity - and the consequences of that. The question of God's liberty will also be discussed, since this question arises from the presentation of some determination in God's will.

**KEYWORDS:** necessity, determination, contingency, freedom, principle of sufficient reason.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGELIN, P. (1959). *Commentaire du Discours de metaphysique de Leibniz*. Paris, PUF.

LACERDA, T. M. (2004). "Apresentação e notas". *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2005). *A política da metafísica: teoria e prática em Leibniz*. São Paulo: Humanitas. (Estudos Seiscentistas)

\_\_\_\_\_. (2006). *A expressão em Leibniz*. Tese (Doutorado em filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEIBNIZ, G. (1974). “Da origem primeira das coisas”. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

\_\_\_\_\_. (2004a). “Discurso de metafísica”. Tradução de Marilena Chauí. *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2004b). “Princípios da natureza e da graça fundados na razão”. Tradução de Alexandre da Cruz Bonilha. *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2004c). “Os princípios de filosofia, ou A monadologia”. Tradução de Alexandre da Cruz Bonilha. *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2005a). “Verdades necesarias y contingentes”. *Escritos filosóficos*. Madri: Machado Libros.

\_\_\_\_\_. (2005b) “Verdades primeiras”. *Escritos filosóficos*. Madri: Machado Libros.

Enviado em 03/09/2015. Aceito em 05/10/2015.